



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana
(Processo Administrativo n.º 23422.007296/2022-42)

1. DO OBJETO

1.1. É objeto da presente licitação a aquisição de reagentes para os diversos laboratórios da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seu anexo.

1.2. Os bens adquiridos devem ser, se aplicável, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

1.3. Não há aplicação de margem de preferência para os itens licitados.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do aceite do instrumento substituto, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE	PREÇO ESTI-MADO UNITÁ-RIO	PREÇO TOTAL ESTI-MADO	MÉTODO A SER UTILI-ZADO
1	462140	1-metilimidazol (1-methylimidazole) com pureza mínima de 98%. Pode ser apresentado em frascos descritos em gramas (g) ou mililitros (mL). O frasco 500 gramas Número CAS 616-47-7	GRAMA	5	R\$ 1.319,00	R\$ 6.595,00	Mediana
2	417398	Liga de platina-rutênio sobre carbono grafitizado, dispersão de 20%. Propriedades catalizadora: superfície: 140 m²/g (ptau). Tamanho do cristalito, por meio da difração de raio-x: 1 - 2 nm. Frasco com 1 grama.	GRAMA	6	R\$ 1.824,44	R\$ 10.946,64	Mediana
3	415707	Caldo Nutriente. Características: Composição: Extrato de bife: 0,5-1,5 g/L; Extrato de levedura: 1,5-2,5 g/L; Peptona: 4,5-5,5 g/L; Cloreto de sódio: 4,5-5,5 g/L; pH Final (25°C): 6,8 ± 0,2. Aparência do meio: Desidratado: Pó marrom médio, fluido e homogêneo. Frasco de 500 gramas com tampa rosqueável e lacre de segurança. Validade mínima de 3 anos.	GRAMA	6	R\$ 595,25	R\$ 3.571,50	Mediana
4	472713	Cloreto de alfa-naftilenodiamina - ned - 25g	GRAMA	8	R\$ 872,75	R\$ 6.982,00	Média



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE	PREÇO ESTI- MADO UNITÁ- RIO	PREÇO TOTAL ESTI- MADO	MÉTODO A SER UTILI- ZADO
5	407735	Cafeína, aspecto físico: pó cristalino branco, fórmula química: $C_8H_{10}N_4O_2$ anidro, peso molecular: 194,19 g/mol, grau de pureza: pureza mínima de 99,5%, característica adicional: padrão de referência analítica, número de referência química: cas 58-08-2. Embalagem de 1 kg. * PRODUTO CONTROLADO PELA POLÍCIA FEDERAL / CIVIL	QUILOGRAMA	8	R\$ 2.390,00	R\$ 19.120,00	Mediana
6	343598	Tripsina 1:250, concentração 250 x, sem corante, sem edta, em pó, é constituída por uma mistura de irradiada de proteases derivadas do pâncreas suíno. Cas 9002-07-7 - frasco com 100 g	GRAMA	10	R\$ 1.600,00	R\$ 16.000,00	Mediana
7	370511	Cloridrato de N-Alfa-Benzoi-L-Arginina-4-Nitroanilida - (bapa - n-benzoi-l-argilina) - fórmula: $C_{19}H_{22}N_6O_4 \cdot HCl$. Peso molecular: 434,88. Cas: 21653-40-7. Peor de pureza: mínimo 99% (tlc). Frasco de 100 mg	GRAMA	12	R\$ 1.872,00	R\$ 22.464,00	Mediana
8	439236	3,3',4',5,6-pentahydroxyflavone (quercetina). Fórmula: $C_{15}H_{10}O_7$. Peso molecular 302,24 g/mol. Cas: 117-39-5. Teor de pureza: mínima de 95%. Cortar por grama, fornecer em frasco de 50 gramas.	GRAMA	12	R\$ 341,02	R\$ 4.092,20	Média
9	135046	2,6-DICLOROINDOFENOLATO SAL SÓDICO hydrate (dcfi indofenol) anidro. Fórmula: $C_{12}H_6Cl_2NNaO_2$. Peso molecular: 290,08 g/mol. Cas 1266615-56-8. Pureza mínima de 98%. Frasco de 25 gramas.	GRAMA	8	R\$ 431,55	R\$ 3.452,40	Média
10	393345	Ácido metafosforico. Fórmula: $(HPO_3)_n$. Peso molecular: (79,98)n g/mol. Cas: 37267-86-0. Teor de pureza: entre 33,5 – 36,5%. Frasco 100 gramas.	GRAMA	10	R\$ 684,00	R\$ 6.840,00	Mediana
11	326278	Agar Nutriente. Características: Composição: Extrato de carne: 0,5-1,5 g/L; Extrato de levedura: 1,5-2,5 g/L; Peptona: 4,5-5,5 g/L; Cloreto de sódio 4,5-5,5 g/L; Agar: 15 g/L. pH Final= 6,8 + 0,2 a 25°C. Frasco de 500 gramas com tampa rosqueável e lacre de segurança. Validade mínima de 3 anos.	GRAMA	10	R\$ 481,33	R\$ 4.813,33	Média
12	370331	Orceína sintética em pó. CAS 1400-62-0; Fórmula química: $C_{28}H_{24}N_2O_7$ P.M.: 550,5 g/mol. Frasco de 25 gramas.	GRAMA	10	R\$ 3.686,58	R\$ 29.492,67	Média
13	472713	1-metilbenzimidazol (número cas: 1632-83-3), fórmula $C_8H_8N_2$, pureza 99%, Peso molecular: 132,16. Frasco com 5 gramas.	GRAMA	12	R\$ 846,00	R\$ 10.152,00	Mediana
14	399068	Solução/ corante Giemsa, composição: solução a 0,6 % de corante de Giemsa em mistura de metanol absoluto e glicerol puro. Frasco com 500 mL.	MILILITROS	10	R\$ 66,11	R\$ 661,13	Média



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE	PREÇO ESTI- MADO UNITÁ- RIO	PREÇO TOTAL ESTI- MADO	MÉTODO A SER UTILI- ZADO
15	472713	1,3-dimetilimidazol dimetil fosfato $\geq 98,0\%$ (número cas: 654058-04-5), pureza 99%. Fórmula molecular $C_7H_{15}N_2O_4P$, peso molecular 222,18. Frasco com 5 gramas.	GRAMAS	12	R\$ 483,00	R\$ 5.796,00	Mediana
16	472713	4-nitroanilina (número cas: 100-01-6) fórmula linear: $O_2Nc_6H_4NH_2$. Pureza $\geq 99,0\%$. Frasco de 100 gramas.	GRAMAS	12	R\$ 529,50	R\$ 6.354,00	Mediana
17	472713	Palmitato de P-Nitrofenila (cas:1492-30-4) fórmula $C_{22}H_{35}NO_4$, sinônimo p-nitrofenil palmitate, acid 4-nitrofenil ester hexadecanoico. Pureza $> 98\%$, peso molecular 377,52 g/mol. Frasco de 1 grama.	GRAMAS	12	R\$ 529,50	R\$ 6.354,00	Mediana
18	440517	4-nitrofenol (número cas:100-02-7) - Fórmula linear: $O_2NC_6H_4OH$, Peso molecular: 139,11; pUREZA $\geq 99\%$. Sinônimo(s): p-Nitrophenol. Número EC: 202-811-7; ID de substância PubChem: 24854474. Frasco de 100 gramas	GRAMAS	12	R\$ 68,31	R\$ 819,76	Média
19	419636	ACETATO DE CELULOSE MASSA molar MÉDIA DE +30.000. CAS 9004-35-7. 39,8% (em peso) de acetil. Com impurezas $\leq 3,0\%$ de água. Índice de refração: $n_{20/D}$.475 (lit.). Densidade 1.3 g/mL (25 °C). Frasco de 25 gramas.	GRAMAS	15	R\$ 585,03	R\$ 8.775,45	Mediana
20	345903	Acetona grau cromatográfico. Embalagem de 4 litros.	LITROS	10	R\$ 502,46	R\$ 5.024,55	Média
21	472713	Ácido tetrafluorobórico (número cas: 16872-11-0), mínimo 48% em massa decido puro em água. Frasco de 500 gramas.	GRAMAS	10	R\$ 694,50	R\$ 6.945,00	Mediana
22	445337	Silica gel azul; Fórmula Molecular: SiO_2 ; Número de CAS: 63231-67-4; tamanho de 4-8 mm; Características adicionais: Granulos de cor Azul. Acompanha FISPQ, para proposta e impressa, certificado de qualidade e certificado de análise. Frasco de 1 Kg.	QUILOGRAMA	10	R\$ 140,84	R\$ 1.408,43	Média
23	353053	Nitrato de Bismuto, Aspecto Físico Cristal Branco, Higroscópico, Fórmula Química $Bi(NO_3)_3 \cdot 5H_2O$ (Pentahidratado), Peso Molecular 485,07, Teor de Pureza Pureza Mínima de 98%, Característica Adicional Reagente P.A., Número de Referência Química CAS 10035-06-0. Embalagem de 100 gramas.	GRAMAS	6	R\$ 140,00	R\$ 840,00	Mediana
24	472713	Placa de vidro condutor de óxido estanho dopado com flúor (dimensão (cxlhx) = 100mmx100mmx2,2mm, resistência superficial $\sim 13w/sq$ – EC: 242-159-0).	UNIDADE	5	R\$ 958,75	R\$ 4.793,75	Mediana



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE	PREÇO ESTI- MADO UNITÁ- RIO	PREÇO TOTAL ESTI- MADO	MÉTODO A SER UTILI- ZADO
25	472713	Placa de vidro condutor de óxido esta- nho dopado com flúor (dimensão (cxlxh) = 100mmx100mmx2,3mm, re- sistência superficial ~7w/sq – EC: 242- 159-0).	UNIDADE	5	R\$ 958,75	R\$ 4.793,75	Mediana
26	359890	Cloreto de Ferro (II) tetrahidratado (número cas: 13478-10-9). Embala- gem de 250 gramas.	GRAMAS	10	R\$ 878,00	R\$ 8.780,00	Mediana
27	356173	Ácido nítrico p.a., 65.0-67.0%, hno3, pm 63.01 g/mol. Embalagem de 1 li- tro.	LITROS	10	R\$ 198,00	R\$ 1.980,00	Mediana
28	347586	Tetrafluoroborato de potássio ou po- tassium tetrafluoroborate, 96% de pu- reza (número cas: 14075-53- 7). Embalagem de 500 gramas.	GRAMAS	10	R\$ 703,25	R\$ 7.032,50	Mediana
29	347586	Pasta de Titânio, atividade Opaco. Norma Regulamentadora NR – 18 (18NR-AO). Embalagem de 5 gramas.	GRAMAS	10	R\$ 991,25	R\$ 9.912,50	Média
30	381655	Sulfato de Vanadila Hidratado. Emba- lagem de 100 gramas.	GRAMAS	10	R\$ 2.127,88	R\$ 21.278,75	Mediana
TOTAL GERAL						R\$ 246.071,32	

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Visando ofertar cursos de qualidade, fundamental é o desenvolvimento de atividades práticas, compreendidas neste caso àquelas desenvolvidas nos laboratórios e que requerem materiais básicos e específicos, quando, por exemplo, envolvem pesquisas de cunho acadêmico/científico. Neste sentido, torna-se necessário a disponibilização para a comunidade acadêmica de materiais/reagentes para que, dentro das necessidades institucionais, possam suprir as demandas existentes e realizar a reposição dos reagentes já adquiridos.

2.2. Os reagentes, objeto deste certame, foram estimados para atender as demandas de um ano letivo e serão utilizados no preparo de aulas práticas de disciplinas de diversos cursos de graduação, como Ciências Biológicas, Química, Biotecnologia, Ciências da Natureza, Engenharia Química, Medicina, Saúde Coletiva, entre outros, que possuem carga horária obrigatória de laboratório.

2.3. Em relação aos quantitativos, de modo geral, as quantidades foram estimadas para atender às demandas das aulas práticas das diferentes disciplinas, levando em consideração o que foi utilizado ao longo do ano anterior, considerando demandas esporádicas não previstas que surgem ao longo dos meses, e considerando também a planilha de registro de uso. Alguns reagentes possuem uma quantidade maior, como no caso do formaldeído, pois este é um reagente utilizado semanalmente nas atividades de manutenção de peças de anatomia e também devido ao fato de que, é preciso realizar a troca da solução de conservação que encontram-se nos tanques (há 5 anos aproximadamente), atividade essa que não se realiza tão frequentemente, mas que quando de sua necessidade faz-se uso de grande quantidade para se ajustar a concentração e volume necessários.

2.4. Somado a isso, em alguns casos, pelo fato da UNILA possuir 2 campus (JU e PTI) onde ocorrem aulas práticas, para o melhor controle, a melhor preservação do reagente (em termos de frasco apropriado, umidade, entre outros fatores), e também segurança, é mais adequado evitar o



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

transporte frequente de reagentes entre unidades da UNILA. Por fim, além das aulas práticas dos cursos já mencionados, temos alguns reagentes que são utilizados na preservação das Coleções Biológicas de Ensino da Unila (Zoologia, Entomologia, Botânica, etc).

2.5. Os mesmos materiais poderão ainda ser utilizados em trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica, além de dar suporte às aulas práticas dos cursos de mestrado e desenvolvimento de pesquisas para a pós-graduação.

2.6. Na graduação, tais reagentes são fundamentais para o cumprimento dos projetos pedagógicos dos cursos, além de facilitarem o aprendizado de qualidade aos alunos. Na pesquisa, esses materiais servem como mecanismos para a realização de diversos ensaios e pesquisas laboratoriais.

2.7. Optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, Decreto 7.892/2013, inciso I “quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”, uma vez que os reagentes possuem prazo de validade, demandam condições específicas de armazenamento e alguns ainda dependem de autorização do Exército (as quais são limitadas a 2 quilos por aquisição), não sendo portanto viável a aquisição de todo o quantitativo estimado em uma única vez.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação de fornecimento, em remessa única, no endereço: Rua Macucos 131, esquina com Rua Mineirão, CEP: 85859-450 – Foz do Iguaçu/PR, das 8 h às 11 h e das 14 h às 17 h, mediante agendamento pelo telefone +55 (45) 3522 9992.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Na impossibilidade de reparar o material defeituoso de forma imediata, a licitante vencedora deverá substituir o item por outro com especificações iguais ou superiores no mesmo prazo do subitem anterior.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7. Considerando que o Almoxarifado da UNILA não efetua a abertura de caixas quando do recebimento de materiais, para os itens em que haja necessidade de refrigeração, o fornecedor deverá indicar explicitamente na embalagem externa (seja ela caixa de papelão, plástico, isopor ou outra) a necessidade de armazenamento em refrigerador ou freezer. Caso não haja a indicação explícita e o material tiver perda de eficiência, o fornecedor deverá providenciar a substituição do item, sem qualquer custo adicional para a UNILA.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, prazo de validade, e orientações sobre o armazenamento.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.12.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

- ii) **Multa:**

- (1) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

- iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

- 14.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 14.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 15.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 15.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
 - 15.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 15.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 15.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 246.071,32 (duzentos e quarenta e seis mil, setenta e um reais com trinta e dois centavos).

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 17.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Foz do Iguaçu, 23 de junho de 2022.

Secretaria de Apoio Científico e Tecnológico
Área de apoio



Emitido em 23/06/2022

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8/2022 - SACT (10.01.05.25)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/06/2022 10:35)

SOLANGE AIKES BASTIAN

SECRETARIO - TITULAR

SACT (10.01.05.25)

Matrícula: 1847352

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **8**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **23/06/2022** e o código de verificação: **eea299bc30**